

A RECIPROCIDADE DO DESINTERESSE: UMA ANTROPOLOGIA DA EDIÇÃO NO BRASIL

Franklin Lopes Silva

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010. 486 p.

Utilizando-se de um conjunto de fontes primárias (cartas, documentos editoriais, anuários etc., e outros mais recentes, como entrevistas) produzidas por uma série de instituições e esferas sociais e descrevendo o emaranhado de relações personalizadas em que se insere a destacada figura do editor José Olympio, Gustavo Sorá realiza um trabalho etnográfico minucioso e analisa os condicionantes sociais que serviram de esteio à constituição e profissionalização do mercado editorial no Brasil, localizando sua gênese entre os anos de 1920 e culminando seus primeiros indícios de autonomização entre as décadas de 1940 e 1950, demonstrando as razões de seu desenvolvimento e a importância que passaria a exercer como espaço de produção e consagração de uma cultura

nacional. Tais dimensões são investigadas a partir da recomposição histórica das disputas travadas em torno das competências legítimas e consagradoras do papel de porta-vozes desta “cultura”. Em lugar das epígrafes consagradas e auto-evidentes sobre a noção de cultura nacional, Sorá focaliza as redes de relações sociais para deslindar as modalidades de produção e ressignificação das lógicas de reciprocidade internas às dinâmicas operadas entre escritores, livreiros e editores, submetidas aos condicionamentos estruturais mais amplos produzidos no campo do poder. Ao passo que observa os agentes em carne e osso, escapando-se assim à magia dos dons, opera, em contrapartida, um efeito desencantador sobre a percepção dos êxitos daqueles representantes.

A partir da operacionalização da noção de *campo*, que demarca a predominância da influência teórica de Pierre Bourdieu, Sorá devolve às práticas dos agentes as razões das posições que ocuparam e nos permite visualizar as configurações que dão contornos e efeito simbólico às incipientes realizações editoriais no Brasil, destacando a trajetória de José Olympio como um caso exemplar para demonstração da relevância das interações interindividuais em torno das redes de relações e contatos que os agentes estabelecem entre si e os vínculos afetivos e mediações que se consolidam através deste encadeamento. Desta feita, insere-se este trabalho em um âmbito mais amplo de contribuições vigentes acerca da constituição de espaços sociais sob dinâmicas híbridas de funcionamento, o que implica em graus elevados de heteronomia em suas formas de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos, submetidos à maior intervenção dos critérios externos na estruturação de seus mercados, principalmente com respeito às imbricações com o domínio político e, em geral, pendentes à criação de vínculos personalizados em seus processos de institucionalização.

Composto de sete capítulos, inicialmente o livro resgata os processos de definição das condições de atuação dos editores e escritores brasileiros em um campo editorial embrionário, mescladas até 1930 aos ofícios de livreiros e impressores, buscando compreender como tais atributos foram processados socialmente, resultantes, portanto, das disputas em torno da legitimidade desta modalidade de atuação. À medida em que avançam os capítulos, segue-se a análise dos processos de especialização das tarefas editoriais, através da progressiva diferenciação das condições específicas de profissionalizações dos livreiros e editores

e seus respectivos espaços de comercialização, surgimento dos distribuidores, da fundação de sociedades representativas, dentre outras modalidades de organização que, articuladas, originaram o campo editorial no Brasil, sempre demonstradas de forma sincrônica e diacrônica em referência à trajetória de José Olympio e a importância de sua “Casa”, enfatizando, neste processo, a “diferenciação congênita das figuras do intelectual e do editor” (p. 114).

No primeiro capítulo, “Formação de um Livreiro na Época do Salão”, Sorá recompõe as origens familiares de José Olympio, objetivando desde apadrinhamentos a prebendas, como estratégias típicas à época entre famílias sem recursos ou em declínio social e processo de reconversão de heranças – a exemplo de Monteiro Lobato (p. 52) –, o que possibilitou sua transição da interiorana Batatais para a Casa Garraux, “polo francês, ou de máxima distinção social e cultural” (p. 40), microcosmo social e “local mais cobiçado para adquirir as ferramentas indispensáveis ao trânsito pelas esferas da alta sociedade e convívios culturais”, enraizada na capital paulista. Recompõe desta forma um duplo processo, de inserção deste agente na estrutura de relações constituintes do microcosmo restrito de sociabilidades das elites paulistanas e de aquisição das condições de internalização de um conjunto de disposições que modelariam sua singular atuação como editor. Demonstra-nos ainda como os capitais acumulados por José Olympio nas relações políticas e literárias, matrimoniais e em sua iniciação comercial “orientaram suas relações em sentidos múltiplos, gerando sempre um sistema de práticas específicas que beneficiariam suas pretensões empresariais e as pretensões culturais de seus autores” (p. 229). Esta forma de agregação de conhecimentos, habitual entre as trajetórias de

editores vindos de “baixo”, trouxe também a José Olympio relacionamentos com indivíduos destacados politicamente, acesso às comunidades e rodas de intelectuais que funcionavam como “unidades de um sistema de produção e circulação cultural” (p. 98). Valendo-se do capital de relações acumulado nestes espaços de investimentos materiais e simbólicos, constantemente atualizado sob práticas de reciprocidade “desinteressadas”, torna-se a própria Casa José Olympio um dos mais importantes entre aqueles espaços de sociabilidade, salões onde se “fazia o nome” e se podia contemplar a aura das diversificadas “brasilianas”, lugares constituintes do que Sorá, emprestando-se à terminologia de Habermas, denominaria por “esfera pública literária” (p.63).

Os processos de definição de mercados entre editoras concorrentes e a ampliação de um público leitor são as dimensões analisadas no segundo capítulo, “Fazer o Nome. Um Editor para Romances bem Brasileiros”. Aqui se demonstra a importância da crítica literária como parâmetro seletivo de uma realidade nacional através da produção literária, impondo um novo vocabulário e referenciais no “sistema de produção, edição, propaganda, circulação e apreensão de ideias escritas” (p. 110). Afirmavam-se como “juizes do gosto” através da fundação ou direção de revistas especializadas, monopolizando, a partir destas instâncias, sistemas de auto-referência e legitimação simbólica das apreciações literárias representantes de uma cultura nacional, interpondo-se estilisticamente e sancionando critérios de convergência conceitual.

No terceiro capítulo, “Coleções e consagração de autores”, são investigados os efeitos das alterações no mercado editorial operadas nas relações de força no campo do poder, “resultantes de crises macroeconômi-

cas [...] e políticas” (p. 152). Em decorrência, afirmam-se os critérios de seleção literária em nome do genuinamente nacional e realista, ajustando-se às transformações estruturais mais amplas relativamente prismadas pelo campo editorial brasileiro em gestação, cujas lógicas de concorrências internas se modificavam. As coleções “brasilianas” surgem neste contexto como coleções que expressavam as disputas em torno da representatividade da cultura nacional impressa. Cada um, ao seu modo, tentava adaptar-se às impressões que tinha das tendências editoriais em jogo, plasmadas pelas transformações políticas vigentes. Assim o fizeram José Olympio (p. 368); a Companhia Editora Nacional – que a exemplo do que já realizava Francisco Alves, se volta em 1930 para as coleções pedagógicas e didáticas (p. 161) –; a Livraria do Globo, dentre outros. Mesmo os grupos de editores norte-americanos e europeus, como a Jackson Company e Hachette (p.388), partilharam desse filão editorial publicando suas “brasilianas”, acompanhando a expansão do sistema escolar universitário e dirigindo-se às novas camadas de leitores emergentes. Fundam-se editoras “genuinamente nacionais”, complexifica-se a divisão e especialização das etapas de produção e comercialização do livro, acentuando-se um processo de hierarquização entre gêneros e unificação estilística (capas, coleções etc.), o que se demonstra pela observação dos “catálogos como campos de tensões e disputas” (p. 180) e de “aquisição de créditos simbólicos” (p. 310). Estes catálogos são tomados metodologicamente por Sorá como “sistema de indícios” (p. 270) que apontam para as apostas e estratégias classificadoras das obras realizadas entre editores. Escritores, livreiros e editores, envolvidos neste processo, entre eles José Olympio, posicionam-se segundo as regras desta nova or-

dem no mundo do livro no Brasil. Ampliando sua rede de editados, baseando-se, principalmente, na mútua retribuição de dons, num jogo em que “a consagração das obras desses autores fundia-se cada vez mais com a consagração da editora, e vice-versa” (p. 421), o que lhe possibilitou destacado acúmulo de capital de reconhecimento.

A relação de complementaridade e afinidades eletivas entre editor e editados é o cerne das discussões apresentadas em “A Arte da Amizade”, quarto capítulo. Outra dimensão discutida diz respeito aos impactos provocados pelo acirramento da repressão varguista às atividades editoriais durante a década de 1930, censura esta que também operou um efeito paradoxal de consagração entre os intelectuais da época, selecionando os mecenatos protegidos pelo Estado: oportunidade a mais para o cultivo desinteressado de reciprocidades por José Olympio via proteção política de seus editados, principalmente entre os romancistas do Nordeste, que passavam “à condição de expoentes máximos da cultura genuinamente brasileira de sua época” (p. 432). Por estas vias, pretende o autor investigar “as condições materiais e afetivas que geraram e reforçaram a reunião e a diferenciação dos autores no seio da Livraria e da Editora José Olympio” (p. 213), seus efeitos imediatos e simbólicos sobre a produção, circulação e apropriação das ideias via literatura, objetivando tais efeitos como constituintes de um “sistema de mitos” (p. 219) e constituição de uma “unidade estilística” (p. 291) da literatura brasileira, de teor realista e a encargo do editor. A pertinência do cruzamento entre tais dimensões (produção, circulação e apropriação das ideias), com base nos princípios metodológicos aplicados por Roger Chartier em suas pesquisas acerca da história da edição francesa se demonstra pela função mediadora exercida por este agen-

te, a meio caminho entre os espaços político e literário. No entanto, na Casa José Olympio impunha-se uma dinâmica que colocava em suspenso qualquer das regras destes domínios, inclusive quanto ao mercado. Típica “dominação patriarcal” (p. 263), naquela Casa prevaleciam as lógicas da personalização, “os negócios editoriais eram tratados individualmente, no escritório de José Olympio” (p. 248), em seu entorno “girava uma constelação de formas de classificação, formas de descrição e prescrição [...] e um conjunto de práticas de interação” (p. 265). Assim, o grau de proximidade a José Olympio funcionava como um termômetro da relevância dos autores nas negociações simbólicas em torno da multiplicidade de funções especializadas que passariam a exercer: produção, seleção dos títulos, traduções etc. Todos agindo para o reforço contínuo destes laços pessoalizados.

O quinto capítulo, “Literatura Nacional / Literatura Estrangeira”, dá continuidade à relevância do cultivo ritualístico daqueles laços e demonstra a correlação estrutural entre “a consagração do editor como um dos representantes máximos do renascimento público da brasilidade” e a “consagração dos escritores do seu catálogo” (p. 269), a partir da análise das representações contidas nas publicações da Editora José Olympio entre 1936 e 1940, sob a forma de catálogos, anuários, revistas, coleções etc. como um sistema de indícios estruturais e registros de tomadas de posição em relação às demais editoras e agentes à época em disputa. Construindo este espaço dos possíveis, Sorá nos permite compreender, de um ponto de vista relacional, dois elementos fundamentais na elaboração de sua pesquisa, um quanto às possibilidades de “objetivação da variedade de editoras daquele tempo”, outro sobre as condições de integração das “for-

mas de classificação (suas distribuições, hierarquias e conexões) com a ação dos agentes que a realizavam” (p. 270).

Amparando-se nas constatações de Sergio Miceli sobre o influxo da experiência imigrante na constituição do modernismo no Brasil, demonstra também as interdependências estruturais de diferenciação e consagração – paradoxal – das epígrafes nacional / estrangeiro entre as editoras. Expõe os mecanismos como tais reconhecimentos se operavam fundamentalmente a partir dos diferentes graus de aproximação e distanciamento com grupos que transitavam pelo poder, posteriormente cristalizados em associações com suas regiões de origem: “Rio-Estado, São Paulo-mercado, Porto Alegre-estrangeiro” (p. 361). No caso de José Olympio, predominou a força do seu capital de relações e reconhecimento cultural entre destacados representantes políticos, “fazendo valer as apreciações sobre sua pessoa como um dos iluminados responsáveis pelo descobrimento da cultura do país” (p. 288). Em contrapartida, “a catalogação [nos ABL] como editora ‘estrangeira’ acrescentava uma barreira política a seu reconhecimento nacional” (p. 311), tal como ocorre à Casa do Globo, a despeito de seus investimentos massivos na publicação de autores nacionais levados a cabo por Erico Veríssimo. Aponta ainda a importância do reverso complementar deste processo, demonstrando a presença de agentes literários brasileiros intérpretes e articuladores de um mercado internacionalizado sobre a produção editorial no país, impondo-se, no entanto, o genuinamente nacional como referência de prestígio e “norma cultural nativa” (p. 317) no reconhecimento de um selo editorial. Todo este processo indica também uma nova característica em ascensão nas dinâmicas editoriais: a diversificação dos tipos de leitores, de apro-

priações e circulação dos livros, que ensaiava sua extensão a todo o território nacional através da expansão dos círculos universitários e da multiplicação de intercâmbios editoriais regionais cujas instâncias de coordenação de interesses comuns já se encontravam em processos de institucionalização iniciados.

A complexificação e institucionalização das funções e escalas de intercâmbios entre diferentes regiões do território nacional, bem como a expansão das fronteiras geográficas e simbólicas constituintes de uma “tensão estrutural” (p. 336) nesta nova fase da produção editorial no Brasil são as dimensões investigadas no sexto capítulo, “Estado, Empresários Culturais e o Livro como Instituição”. Sorá empresta a conclusão de Chartier de que “toda a evolução do mundo do livro está associada à expansão e à diversificação das comunidades de leitores” (p. 329), e a partir de suas investigações, sem incorrer em homologias, constata que no Brasil e na América Latina os súbitos crescimentos dos mercados editoriais associam-se às suas fragilidades institucionais, manifestando-se sob dois fatores imbricados e em proporções inversas: diversificação das comunidades de leitores e decréscimo na importação de livros. Outrossim, não é fortuito que entre os efeitos do “milagroso” crescimento na produção e comercialização editorial destaque-se a criação de órgãos como o Instituto Nacional do Livro (INL), anunciando o protagonismo do Estado como “agente de intervenção e expansão dos interesses públicos sobre a produção, a circulação e a leitura de livros” (p. 327). Outra inovação fora a criação do Anuário Brasileiro de Literatura (ABL) no final da década de 1930, marco do processo de profissionalização e força dos editores e “primeira forma de expressão sistemática e durável dos editores como ca-

tegoria coletiva” (p. 343). Estes passavam a atuar como um conjunto de agentes em disputa por um tipo particular de reconhecimento simbólico, dados os acirramentos das concorrências inter-regionais, e incumbidos da função de porta-vozes de seus nichos de produção intelectual. Foram criados também outros instrumentos de orientação mercadológica como as produções estatísticas, a fundação de entidades de classe e órgãos governamentais como o Serviço de Cooperação Internacional (apêndice do Ministério das Relações Exteriores), exposições internacionais, bienais etc. Em seu conjunto, tais instituições, ao passo que “legitimam as maneiras de dirimir e objetivar a hierarquia de forças dos agentes” (p. 409), compondo os seus quadros dirigentes, demonstram também os rearranjos estruturais e novas injunções correlatas entre o Estado nacional e os interesses privados da crescente comunidade imaginada de editores, funcionando com instrumentos de “institucionalização de uma ordem de textos” (p. 355). Toda a expansão do mercado editorial deste período se passa como resultado das clivagens entre as ingerências do Estado e os interesses privados dedicados a “medir, controlar, definir o universo de ‘todos os livros do Brasil’” (p. 341). Configuram-se os Anuários como um espaço de atuação privilegiado para se observar “o estado de uma disputa pela legitimidade das mensagens de autoridade” (p. 348) em torno da cultura nacional, reforçando também as oposições público / privado como relação central dos princípios de visão e divisão do mundo do livro.

Em seu derradeiro capítulo, “Diversificação e Profissionalização do Campo Editorial nos Anos de 1940”, Sorá demonstra os condicionantes sociais que levaram ao processo de desvencilhamento, anteriormente referendado, entre as marcas edi-

toriais e suas respectivas regiões, além de deslindar as novas estratégias e deslocamentos em voga nas lutas de concorrências editoriais. Neste contexto destaca-se a Editora José Olympio por lograr êxito na cristalização de representações nacionais, através dos usos estratégicos dos “mecanismos de mecenato” (p. 359) e suas retribuições, praticados durante o Estado Novo. A constante complexificação das variáveis de concorrência entre os agentes pode ser percebida no desenvolvimento da organização de representações setoriais e na diversificação das formas de aquisição dos livros.

Os investimentos editoriais diferenciados entre gêneros, formatos e disciplinas especializadas manifestam-se como efeito dos padrões de reconhecimento distintos produzidos sobre editores e leitores. Redefine-se, portanto, o papel das livrarias como espaços de sociabilidade e cada uma passa a “expor indícios sobre o aparecimento de um novo ethos social e cultural” (p. 370), fosse tipificando o valor conferido à raridade do dom literário e o acesso restrito aos códigos necessários à sua apropriação elitizada – “a Garraux já não se sustentava como um teatro onde as elites ensaiavam seus papéis e magnificavam suas hierarquias” (p. 430) –; ou, por seu oposto, propalando a dessacralização da literatura, correlacionando posições de classe e estilos de consumo dos livros.

Todo o esforço demonstrativo do autor retorna à trajetória de José Olympio como caso exemplar para a demonstração dos recursos valorizados em relação às transformações no conjunto de condicionantes sociais e estratégias em jogo no decorrer das etapas constituintes do mercado editorial brasileiro, pondo em evidência a transição dos agentes pelos círculos de sociabilidade e seus correspondentes espaços de atuação.

Organizando analiticamente o espaço de concorrência editorial entre os polos cultural e econômico – prevalecendo o último nesta nova configuração –, Sorá investiga as diferentes estratégias de seus representantes, considerando também os condicionantes estruturais que incidem sobre a modificação de seus esquemas de percepção, manifestos nas variações de suas tomadas de posição.

Como efeito destas tensões e transformações estruturais, passavam as “brasilianas” de artefatos distintivos a “pesado lastro que não rendia em prestígio cultural da mesma forma que na década de 1930” (p. 420). Contudo, findou por consolidar José Olympio como “a marca que formou o cânone de uma cultura escrita autenticamente brasileira” (p. 11).

NOTA SOBRE O AUTOR

Franklin Lopes Silva é mestrando em História Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Recebido em: 22.04.12

Aprovado em: 04.05.12

